

ESCOLA SUPERIOR DE MAGISTRATURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DISCIPLINAS, CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Redação de Atos Oficiais e Língua Portuguesa:

CARGA HORÁRIA: 20 hs –

EMENTA:

Redação oficial. Estrutura de atos oficiais: portaria, parecer, comunicação interna, memorando e ofício. Pronomes de tratamento. Noções gramaticais básicas. Colocação pronominal. Crase. Vírgula. Nova ortografia da língua portuguesa.

2. Crédito tributário, Controle e Gestão da Dívida Ativa Municipal:

CARGA HORÁRIA: 16 hs –

EMENTA:

Crédito tributário. Considerações iniciais. Lançamento, conceito de lançamento. Questões pontuais sobre lançamento. Revisão de lançamento. Modalidades de lançamento. Análise da técnica do Arbitramento. Decadência e Prescrição do Crédito tributário. A necessidade do crescimento da arrecadação. O gerenciamento dos tributos municipais. Os reflexos da arrecadação tributária municipal no I.C.M.S. Dívida Ativa: Conceito e características, Dívida Ativa tributária e não tributária, Requisitos Legais: CTN – Lei Federal Nº 6.830/80, Constituição da dívida ativa, anistias e parcelamentos de débitos, Cobrança da dívida ativa, Gestão de cobranças e estímulos a cobrança amigável. Certidão Negativa. Disposições finais e transitórias do CTN.

3. A cobrança da dívida ativa e a execução fiscal – Contencioso Administrativo e Judicial:

CARGA HORÁRIA: 16 hs –

EMENTA:

Noções Gerais dos Tributos. A Dívida Ativa Tributária e a não Tributária. A Dívida Ativa – conceito, características, constituição. Anistias e parcelamentos de débitos. Gestão de cobranças e estímulos à cobrança amigável. Contencioso Tributário Administrativo. Contencioso Tributário Judicial. Ações do Fisco e do Contribuinte. Ação de Execução Fiscal. Execução Fiscal e as Normas do C.P.C. As novas modalidades de procedimentos adotados: protestos das C.D.A.s. Aspectos polêmicos da Execução Fiscal

4. As formas de extinção dos créditos tributários. Compensações, remissões e transações – Posição doutrinária e jurisprudencial:

CARGA HORÁRIA: 16 hs –

EMENTA: Extinção de crédito tributário. Pagamento. Compensação. Transação. Remissão. Decadência e prescrição. Conversão do depósito em renda. Pagamento Antecipado e a

homologação do lançamento. Consignação em pagamento julgada procedente. Decisão Administrativa irreformável. Decisão judicial passada em julgado. Dação em pagamento. Posição doutrinária e jurisprudencial.

5. Prescrição e Decadência de Créditos de Natureza Não Tributária:

CARGA HORÁRIA: 16 hs –

EMENTA:

Crédito de natureza não tributária. Considerações iniciais. Espécies de créditos. Lançamento. Questões pontuais sobre lançamento. Modalidades de lançamento. Decadência e Prescrição do Crédito de natureza não tributária.

6. Planejamento da cobrança e garantia do Crédito Tributário:

CARGA HORÁRIA: 16 hs –

EMENTA:

Planejamento Tributário Municipal. Aprimoramento e atualização das legislações tributárias municipais. Eliminação das deficiências legislativas. Combate à evasão fiscal. Garantia do Crédito tributário: considerações iniciais. Natureza da garantia do crédito tributário. Ponto de desequilíbrio na relação jurídica-tributária. Os bens inalienáveis pela execução do crédito tributário. Momento de caracterização da Fraude à execução fiscal. Preferências ou privilégios do crédito Tributário. Da quitação de tributos.

7. O IPTU e o ITBI – Aspectos Constitucionais, legais e práticos. Conflito de competência:

CARGA HORÁRIA: 16 hs –

EMENTA:

Aspectos Gerais do I.P.T.U: Normas Constitucionais Aplicáveis, Fato Gerador, Conceito de Zona Urbana, Aspectos doutrinários do Fato Gerador. Aspectos Gerais do ITBI: Normas Constitucionais Aplicáveis, Fato Gerador, Aspectos Doutrinários do Fato Gerador. A base de cálculo dos Impostos (IPTU e ITBI): Conceito de Valor Venal, valor venal dos bens imóveis para o IPTU, valor venal dos bens imóveis para o ITBI. As alíquotas dos Impostos (IPTU / ITBI): alíquota fixa e a alíquota progressiva no IPTU e alíquota fixa e a alíquota progressiva no ITBI. Os conflitos de Competência Tributária: Noções Gerais de Conflitos de Competência. Invasão de competência. Bitributação. Bis in Idem. Os possíveis conflitos de competência entre o IPTU (Municipal) e o I.T.R. (Federal). Os possíveis conflitos de competência entre o ITBI (Municipal) e o I.T.C.M.D. (Estadual).

8. O IPTU e a planta genérica de valores imobiliários. Procedimentos do cadastro técnico:

CARGA HORÁRIA: 16 hs –

EMENTA:

O IPTU na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional. Aspectos Constitucionais. Aspectos do Código Tributário. Hipótese de incidência do IPTU. A norma jurídica tributária do IPTU. Imunidade e isenções do IPTU. Sistema de Avaliação de Imóveis. Base de Cálculo do IPTU e Definições do Valor Venal. Cadastro Municipal Imobiliário. Planta de Valores Imobiliários. Elaboração da Planta de Valores Imobiliários - NBR 14653. Avaliação de Terrenos e Avaliação em Massa. Métodos para avaliar o imóvel. Fatores que influenciam a determinação de valor de terrenos. Conceitos Básicos de Estatística. Zonas Fiscais. Áreas Homogêneas. Vistoria e Coleta de Dados. Pesquisa de Mercado. Avaliação das construções. Cadastro detalhado de todos os imóveis. Avaliação total dos imóveis.

9. ITBI Aspectos teóricos e práticos. Estudo de casos polêmicos:**CARGA HORÁRIA: 16 hs –****EMENTA:**

Noções básicas preliminares para o conhecimento das normas legais da tributação do ITBI: fato gerador, base de cálculo e alíquotas. Os contribuintes e os responsáveis. Penalidades e não incidências. Situações que tipificam o fato gerador do ITBI (Lei nº 3915/2005- CTM). Os casos polêmicos controvertidos na tributação do ITBI. Fiscalização prática do ITBI.

10. A instituição e a cobrança de contribuições de melhoria pelos municípios:**CARGA HORÁRIA: 16 hs –****EMENTA:**

Previsão Constitucional - Competência comum (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). Normas Gerais – Decreto Lei nº. 195/67 e artigos 81 e 82 da Lei Federal nº. 5172/66 (CTN). A inexistência de imunidades constitucionais para as Contribuições de Melhoria. A não incidência da Contribuição de Melhoria sobre as propriedades públicas. As isenções nas Contribuições de Melhoria. O fato gerador da Contribuição de Melhoria – Aspectos doutrinários e jurisprudenciais. Os requisitos mínimos para a exigência do tributo. A sujeição passiva na contribuição de melhoria. A base de cálculo do tributo e os limites de cobrança. O Lançamento da Contribuição de Melhoria. As opções dos Municípios pela instituição legal dos “Planos comunitários”. Estudo de Casos Práticos.

11. As imunidades e isenções dos tributos municipais –:**CARGA HORÁRIA: 16 hs –****EMENTA:**

Conceito de imunidades tributárias. Diferenças e semelhanças entre imunidade, não incidência e isenção. As imunidades de impostos, taxas e contribuições previstas na constituição federal. As imunidades previstas na constituição federal, de caráter genérico. As normas do Código Tributário Nacional (CTN). As imunidades constitucionais tributárias

aplicáveis ao I.P.T.U. As imunidades tributárias aplicáveis ao I.T.B.I. As imunidades tributárias aplicáveis ao I.S.S.Q.N. As imunidades possíveis na cobrança das taxas municipais. A não incidência da contribuição de melhoria. Análise da jurisprudência dos Tribunais em casos práticos.

12. A aplicação do ISSQN com base nas atuais decisões – Revisão e ampliação dos itens da Lista de serviços

EMENTA:

Elementos básicos do ISSQN na Emenda Constitucional 116/2003. Exportação de serviços. Importação de serviços. O ISSQN fixo. O ISSQN sobre serviços bancários. Conflitos do ISSQN com o ICMS/IMI. O transporte, coleta, remessa e entrega. Serviços gráficos. Cartórios. Leasing. Farmácias de manipulação. Construção civil. Provedores de acesso à internet. ISSQN sobre o fornecimento de mão de obra. Incidência do ISSQN sobre serviços de cooperativas médicas. Descontos. Procedimentos legais e formas de atuação.

13. A atualização dos procedimentos do Simples Nacional e o ISSQN – Formas de fiscalização e acompanhamento da arrecadação :

CARGA HORÁRIA: 16 hs –

EMENTA:

Aspectos gerais da L.C. nº 123/06 e da L.C. nº 127/07, 128/08 E 133/2009. Objetivos da lei geral da micro e pequena empresa. Estudo do inciso IX artigo 170 da Constituição Federal. Impostos e contribuições abrangidos e excluídos pelo Simples Nacional. Características do Simples Nacional. Certificação Digital. As resoluções do Comitê Gestor. Os aplicativos do Simples Nacional. Conceito de MEI, MICRO e PEQUENA EMPRESA. O cadastro sincronizado. A redesim. O simples nacional. Restituição e compensação. A fiscalização tributária municipal. A Dívida Ativa do ISSQN relativa ao SUPERSIMPLES. As alterações trazidas pelo Simples Nacional no tocante ao ISSQN. Obrigações acessórias para as ME e EPP. Impacto do Simples Nacional no município. Exercícios Práticos.

14. Aspectos práticos da fiscalização municipal no cadastro de atividades econômicas:

CARGA HORÁRIA: 16 hs –

EMENTA:

A Junta Comercial. O Contrato Social a Alteração Contratual. O Requerimento de Empresário. A Ata de Constituição e de alteração. O Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (C.N.P.J.). A Inscrição Estadual. O Cadastro Municipal de Atividades Econômicas. A Vistoria Prévia. A Inscrição no Cadastro Municipal.

15. Auditoria Fiscal com base nas declarações contábeis :

CARGA HORÁRIA: 16 hs –

EMENTA:

Lançamentos e contas contábeis. Demonstrações contábeis. Impostos e competências. Impostos diretos e indiretos. Obrigações acessórias: declarações fiscais, documentos fiscais, livros fiscais. Regime de apuração de impostos. Cruzamento de informações. Auditoria fiscal: métodos e técnicas.